

A UTOPIA COMO GÊNERO DE FRONTEIRA ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

Geraldo Witeze Junior
Doutorando UFG
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Esse texto trata da delimitação da utopia como gênero literário, considerando sobretudo as relações entre História e Literatura. Nas utopias existe uma forte ancoragem histórica e, em muitos casos, uma dimensão de projeto político, mas tudo isso cabe dentro de um texto literário. A partir da percepção de que nas utopias está presente uma tensão permanente entre a História e a Literatura, busca-se explorar essa tensão para compreender melhor os pontos de contato entre esses dois campos de estudo.

Palavras-chave: 1. Utopia; 2. História; 3. Gêneros de fronteira.

As utopias são um gênero literário surgido a partir da obra de Thomas More conhecida com *Utopia*. Já na obra originária aparece a tensão entre a História e a Literatura, e essa tensão permanece como constitutiva do gênero, ficando mais intensa no século XIX com os diversos projetos utópicos surgidos naquele período. Assim, ao discutirmos o sentido das utopias podemos compreender melhor a fronteira entre a História e a Literatura. Bronislaw Baczko (2005, p. 65) expõe paradigmas bastante esclarecedores sobre as utopias:

Primeiro, um paradigma literário: o relato de uma viagem imaginária, ao fim da qual o narrador descobre uma cidade até então desconhecida, que se sobressai por suas instituições e da qual faz uma detalhada descrição. Logo, um paradigma específico do imaginário social: a representação de uma sociedade *radicalmente distinta*, localizada em uma *outra parte* definida por um espaço-tempo imaginário; uma representação que se opõe à da sociedade real que existe *hic et nunc*, a seus males e a seus vícios.¹

¹“Primero, un paradigma literario: el relato de un viaje imaginario, al final del cual el narrador descubre una ciudad hasta entonces desconocida, que sobresale por su instituciones y de la que hace una detallada descripción. Luego, un paradigma específico del imaginario social: la representación de una sociedad *radicalmente distinta*, ubicada en una *otra parte* definida por un espacio-tiempo imaginario; una

O imaginário social (e portanto também a utopia) faz parte da realidade ao mesmo tempo em que se opõe a ela. A utopia existe dentro da história como texto e como ideia, surge a partir da história e se projeta para fora dela, sempre mantendo uma grande interação, de modo que o texto literário, um produto do imaginário social, pode eventualmente promover uma alteração da própria história, no sentido que pode levar as pessoas a agirem e transformarem o mundo em que vivem. Aqui há duas questões importantes: primeiro a da indissociabilidade entre utopia e história e, segundo, a possibilidade de se enxergar a utopia como projeto de transformação da sociedade. Este segundo aspecto será discutido mais adiante, por ora basta considerarmos a primeira questão.

Segundo L. T. Sargent, (2005, p. 156) utopia “não descreve uma sociedade perfeita em nenhuma definição de perfeito”². Uma sociedade perfeita seria completa, e portanto imutável, estando assim afastada da História. Ora, é no Renascimento, quando os humanistas de Florença percebem a diferença entre esta e Atenas – considerada por eles a sua equivalente, seu espelho – descobrem a especificidade da História, ou seja, que o homem é produto de circunstâncias históricas específicas e que é autor de sua existência individual³. Assim nasce a concepção moderna de História, a percepção de que cada época é singular e que é sempre possível transformar a própria realidade. Portanto nem a *Utopia*, gerada a partir dessa noção renascentista, nem as obras que seguiram seu rastro podem estar afastadas da História. Não podem também ser simplesmente vistas como conservadoras ou reacionárias, afinal estão intimamente ligadas à ideia de transformação da sociedade, ou pelo menos dessa possibilidade. E nesse sentido cada época e cada escritor vislumbrará as suas possibilidades, e é natural que possa ocorrer que o mundo ideal de um período seja extremamente opressor para outro⁴.

É preciso também ter cuidado com os termos usados, de modo que não se transmitam ideias equivocadas, desprovidas de historicidade e que não levem em conta as concepções renascentistas que fundamentam o surgimento das utopias. Não se deve fazer uma leitura anacrônica da *Utopia* de Morus e nem das obras subsequentes dentro do gênero literário utópico. “Em particular, os eruditos precisam parar de usar as palavras ‘perfeito’ e ‘perfeição’ em relação às utopias”⁵ (SARGENT, 2005, p. 158), é sempre importante lembrar.

Esse cuidado com as palavras, que é estritamente uma não-definição ou uma negação de

representación que se opone a la de la sociedad real que existe *hic et nunc*, a sus males y a sus vicios”. Itálicos no original.

²“(…) does not describe a perfect society by any definition of perfect”.

³Veja-se o *Discurso sobre a dignidade do homem*, de Pico della Mirandolla, e o estudo de Agnes Heller, *O homem do Renascimento*.

⁴Por exemplo, a *Utopia* reforça a ideia de igualdade, o que é visto por muitos como algo opressivo em uma época que valoriza o individualismo e a diversidade.

⁵“(…)In particular, scholars need to stop using the words 'perfect' and 'perfection' in connection with utopias”.

definições equivocadas, é importante, mas deve ser ultrapassado. É necessário propor definições de maneira que seja possível delimitar o *corpus* do gênero e refletir sobre a relação das utopias com a história. Para Sargent “há dois aspectos centrais de uma utopia, ambos devem estar lá. Primeiro, a sociedade descrita não deve existir; o autor deve, de algum modo, avaliar aquela sociedade”⁶ (SARGENT, 2005, p. 157).

Apesar de Sargent contribuir bastante para esta busca de delimitação do objeto, há algumas ressalvas. O essencial de sua contribuição é lembrar com veemência que uma utopia não é sinônimo de perfeição e, com isso, fortalecer a ancoragem histórica das utopias. Contudo, os demais aspectos se mostram muito estreitos, o que pode levar justamente à desconsideração da historicidade das utopias. Falta, para Sargent, uma perspectiva mais aberta que leve em conta não só a obra de Morus, mas os aspectos do Renascimento diretamente ligados ao surgimento tanto da *Utopia* como das obras do gênero utópico em geral.

Arrigo Colombo (2006, p. 56) afirma que “A ‘ótima’ forma de estado (...) tem um sentido inquisitivo, muito mais que assertivo”. O texto das utopias seria, para ele, uma espécie de ponto de partida para se discutir a melhor forma de organização da sociedade. Seria uma indagação sobre a melhor constituição social, não uma proposta fechada e restrita. Uma pergunta recebe diversas respostas ao longo da história e, nesse caso, tanto as perguntas como as respostas seriam constituintes do gênero literário utópico. Este, ao mesmo tempo em que mantém a constante de buscar um estado ótimo, varia muito na forma, lembrando que tanto as perguntas como as respostas estão sempre relacionadas com um determinado momento histórico.

Baczko (2005, p. 81) explica que “no século XVI e até o século XVIII, a novela utópica segue o modelo da viagem imaginária, inspirando-se no modelo da *Utopia* de More”⁷. Por outro lado Raymond Trousson (2005) esclarece que o relato utópico não se reduz a uma forma única e constante, especialmente depois do século XVIII, o que é fácil de perceber ao se comparar, por exemplo, a obra de Morus com *1984*, de Orwell. Também não se trata de negar o aspecto ideológico, já que “a utopia se caracteriza, certamente, por um conteúdo e por um projeto, mas, enquanto gênero literário, ela supõe igualmente exigências de formulação de sua mensagem, requer o estudo de critérios estruturais, diegéticos e estilísticos” (TROUSSON, 2005, p. 128).

É importante que a utopia seja verossímil, o que implica que sua narrativa seja de certa forma realista, caso contrário se assemelharia ao mundo às avessas ou a qualquer especulação sobre um mundo diferente e melhor. Sem verossimilhança não seria possível enxergar a utopia como projeto,

⁶“(…) there are two central aspects of a utopia, both of wich must be there. First, the society described must not exist; the author must in some way evaluate thet society”.

⁷“En el siglo XVI y hasta el siglo XVIII, la novela utópica sigue el modelo del viaje imaginario, inspirándose en el modelo de la *Utopía* de Moro”.

como possibilidade concreta – não imediata – para a realidade. Trata-se aqui de critérios literários, ainda que seja inegável o fato de as utopias estarem ligadas à realidade política e social de seu tempo, o que é claramente percebido na formalização da experiência histórica da Inglaterra feita por Morus – no que foi seguido por outros utopistas. A questão é que os critérios literários de realismo e de verossimilhança estão diretamente associados aos aspectos políticos e sociais.

A utopia está atrelada à história⁸ e, sendo assim, “só pode aparecer depois da perda da idade do ouro” (TROUSSON, 2005, p. 130). Não se trata simplesmente de nostalgia, ainda que ela possa estar presente. Ora, o homem caiu e foi expulso do Paraíso – um tema importante no Renascimento⁹ – e não é possível retornar, pois os querubins com suas espadas flamejantes guardam o caminho¹⁰. Dada também a incapacidade do homem de repetir a obra criadora de Deus¹¹, resta somente construir “o seu substituto humano, representação de uma felicidade obtida apesar da queda e vontade de modificar o curso da história”. A utopia olha ao mesmo tempo para trás para adiante e é construída “como uma história paralela, alternativa” (TROUSSON, 2005, p.130). É uma proposta de construção, não de retorno.

Claude-Gilbert Dubois (2009, p. 18) escreve que a utopia “é o sonho de um cidadão descontente com sua cidade, que não escolhe por paraíso de seus sonhos o que se opõe à cidade – paraísos artificiais ou campos árcades – mas outra cidade, organizada de outra maneira”. As utopias de fato mantêm por um longo tempo um caráter essencialmente urbano – daí sua ligação estreita com a arquitetura. Isso assinala também que o utopista não quer um outro mundo, mas sim o mesmo que está, só que melhorado. Há uma relação ambígua com o outro mundo: se é inegável que a América influencia o surgimento da utopia e as viagens são fator fundamental em sua concepção, o viajante que conhece o outro mundo sempre retorna e o relato é feito com o intuito de criticar a própria sociedade. Ou seja, o utopista pode se inspirar em outros lugares, mas é para o seu mundo que está voltado.

Baczko (2005, p. 68) diz que “contrariamente a estes, aos Édens e às Ilhas Afortunadas, a utopia é uma construção multiplicável e modificável”¹². Ela contém a percepção histórica de que o passado não se repete e mostra uma visão de tempo linear e não cíclica. Na visão cristã o paraíso

⁸ Cosimo Quarta (2006, p. 50) insiste que “o vínculo com a realidade histórica seja, para o pensamento utópico, não uma opinião, mas uma necessidade”.

⁹ Ver, por exemplo, *O paraíso perdido*, de John Milton.

¹⁰ “E o Eterno Deus enviou-o [o homem] do jardim do Éden – de onde havia sido tomado – para cultivar a terra, e expulsou o homem, e colocou – ao oriente do jardim do Éden – os querubins com uma lâmpada flamejante de espada que se volvia, para guardar o caminho da árvore da vida.” Gênesis III, 23-24.

¹¹ É semelhante, não igual a Deus (Gênesis I, 26), ver nota 6.

¹² “(...) contrariamente a estos, a los Edén y a las Islas Afortunadas, la utopía es una construcción multiplicable y modificable”.

não será reconstruído, mas surgirão um novo céu e uma nova terra¹³.

Dubois (2009, p. 18) assinala que “Por supor a integração do indivíduo a uma comunidade, podemos duvidar do caráter regressivo da utopia”. Afinal, quando na história houve essa integração? Apenas em alguns momentos fugazes, como nas comunidades cristãs primitivas, muito evocadas e pouco imitadas, e nos vários mitos de paraísos perdidos, *el dorados* e afins. A integração comunitária é a exceção e não a regra na história ocidental. Portanto, a tentativa de construir os indivíduos comunitariamente não pode ser um retorno, pois quer construir algo que não aconteceu na história, a não ser como mito ou como desejo.

São necessárias mais algumas explicações. Agnes Heller (2008, p. 112) supõe que uma sociedade que

não permitisse o desenvolvimento de *nenhuma* comunidade de conteúdo axiológico positivo, poder-se iam realizar valores em outras numerosas objetivações: na arte, na ciência, na produção, etc. E, ainda que o indivíduo não pudesse produzir em nenhuma dessas esferas, continuaria a ter a oportunidade de escolher possibilidades positivas. Pode encontrá-las nas objetivações, no mundo intelectual e **nas normas de épocas passadas**, e pode escolher os valores aí contidos, convertê-los em valores próprios, hipostasiá-los no futuro, etc. O fato de que o indivíduo, com uma tal escolha, entre em contraposição com as comunidades de seu tempo não anula um dado efetivo: o de que ele está escolhendo uma comunidade, ainda que apenas idealmente.¹⁴

A utopia pode ser vista com essa comunidade ideal que se contrapõe à sociedade de seu tempo. Nesse sentido está sempre vinculada ao presente. Como projeto, contudo, volta-se para o futuro. E, quando se trata do seu conteúdo axiológico, pode olhar para o passado – ou para um outro lugar – na tentativa de resgatar algum valor que tenha se perdido. Isso não é o mesmo que buscar um retorno à Idade do Ouro ou ao Paraíso Perdido. Apenas ilustra a duplicidade da utopia na relação passado-futuro: ela pode fazer um resgate “dos valores individuais de uma comunidade que existiu no passado e que talvez agora seja postulada para o futuro” (HELLER, 2008, p. 113). Assim, em relação ao tempo, consegue voltar-se ao mesmo tempo para trás e para frente. Em suma, o retorno pode ser feito no que concerne aos valores, mas a construção, quando postulada, é sempre voltada para o futuro a partir do presente.

¹³Apocalipse XXI, 1.

¹⁴Negrito meu, itálico no original.

Aqueles que vêem a utopia somente como literatura se vêem em apuros pelo fato de que Fourier, Saint-Simon, Enfantin, Considéran e Owen, entre outros, tenham escrito obras que são unanimemente consideradas como utopias mas que não são viagens imaginárias ou mesmo governos sonhados, ou seja, não se inserem nos paradigmas clássicos do gênero utópico. Isso coloca em xeque a ideia de que a utopia possa ser vista unicamente como gênero literário¹⁵. Não é que a utopia não seja literatura, mas é difícil limitá-la a isso sem cair em contradição. Essas considerações, contudo, não conduzem à visão de Colombo.

O desequilíbrio das visões gera uma polarização artificial que serve apenas para dificultar a compreensão do significado da utopia. Nas utopias as dimensões histórica e literária não são mutuamente excludentes, mas coexistem e geram uma tensão interna que enriquece o texto. A literatura utópica está fundada na história ao mesmo tempo em que pode transformá-la. Não é mera representação ou espelhamento, tampouco um projeto perfeitamente delimitado e exclusivamente histórico. Essa tensão interna é um dos pontos que faz da utopia um tipo de escrito interessante, pois permite que se desdobre em diversas formas, como bem atestam as variantes dentro do gênero utópico, que ressignificam seus elementos.

Cosimo Quarta (2006, p.48) diz que “uma das características peculiares da utopia moderna” é a *tensão realizadora*. E prossegue:

Com Morus, a instância da passagem do “não-lugar” ao “bom lugar”, ou, o que é o mesmo, do “negativo” ao “positivo” – desde sempre presente, implícita ou explicitamente, no pensamento utópico – se faz urgente, imperiosa. Morus nos diz que a *ou-topia*, o pensamento crítico, o negativo, não tem fim em si mesmo, mas deve, necessariamente, se não quiser ser estéril, reconciliar-se com o “positivo” e desembocar em um projeto de “sociedade boa”. Em suma, se o ponto de partida é a “ou-topia”, o ponto de chegada deve ser a “eu-topia”.

Aqui está posto que a utopia é simultaneamente literatura e projeto, numa tensão entre a ficção, pura e simplesmente, e a realidade possível. É a tensão entre História e Literatura, presente em muitas discussões na segunda metade do século XX, que trouxeram à pauta a dificuldade de estabelecer uma diferença clara entre a ficção e a realidade, dados os numerosos pontos de contato entre elas. Não se trata de afirmar, como alguns fizeram¹⁶, que não existe diferença entre

¹⁵ Naturalmente é possível considerá-la dessa forma para efeito de análise, mas discuti-la como gênero literário é diferente de limitá-la a isso.

¹⁶ Hayden White, por exemplo.

História e Literatura, que ambas estão simplesmente no nível do discurso. Apenas é forçoso reconhecer que a sistematização da diferença entre ambas é de grande dificuldades, já que têm como elemento fundamental a narração.

Um ponto essencial de distinção é para a História são fundamentais os esforços de demonstração, enquanto a Literatura não tem porque se preocupar com isso. A Literatura pode partir diretamente¹⁷ da realidade, mas para a História isso é necessário, não só possibilidade. A História sempre tem que apontar para o real, para o factível. O fato é fundamental. Para a Literatura essa seria uma exigência absurda. Nessas poucas palavras fica patente a complexidade da discussão, abordada em diversos estudos com variados pontos de vista. Pode-se incluir a utopia neste debate considerando que ela é uma intersecção de gêneros, especialmente literatura e projeto político.

Assim, o estudo das utopias pode contribuir para a compreensão das relações entre História e Literatura, ajudando tanto na reflexão sobre as diferenças entre uma e outra como na explicitação de suas diferenças. Isso tem implicações para as teorias da História e da Literatura. No caso da História, leva a uma reflexão sobre a sua escrita, fazendo com que os historiadores pensem sobre o estilo de seus textos e as formas narrativas que empregam. Afinal, da mesma forma que as utopias estão carregadas de história, os textos dos historiadores podem encher-se de ares literários, de forma que sua narrativa alcance mais leitores e cumpra seu importante papel social.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales**: memorias y esperanzas colectivas. Tradução Pablo Betsch. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.
- COLOMBO, Arrigo. "Formas da utopia: as muitas formas e a tensão única em direção à sociedade de justiça". *Revista Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas, Oficina Gráfica da Unicamp, 2006, nº 3.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. *Problemas da Utopia*. Tradução: Ana Cláudia Romano Ribeiro. Campinas: UNICAMP – IEL – Setor de Publicações, 2009.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- QUARTA, Cosimo. "Utopia: gênese de uma palavra chave". *Revista Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas, Oficina Gráfica da Unicamp, 2006, nº 3.
- SARGENT, Lyman Tower. "What is a Utopia?". *Revista Morus – Utopia e Renascimento*. Campinas: Oficina Gráfica da Unicamp, 2005, nº 2.

¹⁷Indiretamente qualquer escrito parte da História, considerando que o escritor está inserido em uma determinada época, com uma mentalidade específica que o influencia mesmo que ele não se dê conta disso.



TROUSSON, Raymond. "Utopia e Utopismo". Tradução Ana Cláudia Romano Ribeiro. *Revista Morus* – *Utopia e Renascimento*. Campinas: Oficina Gráfica da Unicamp, 2005, no 2.

Anais do IV SRH